



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeferson Luis Bittencourt

Lígia Helena da Cruz Ourives

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 1, janeiro 2008. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2008 foi superavitário em R\$ 15,4 bilhões, contra R\$ 11,6 bilhões em janeiro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 20,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 5,1 bilhões e R\$ 62,7 milhões, respectivamente. A melhora no resultado do Governo Central comparativamente ao mesmo período do ano anterior foi influenciada por fatores atípicos como o comportamento das receitas e a não aprovação do orçamento de 2008.

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2008 foi de R\$ 15,4 bilhões (6,89% do PIB mensal).

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ 2007	JAN 2007	JAN 2008
I. RECEITA TOTAL	67.121,6	52.086,5	64.569,0
I.1. Receitas do Tesouro	47.081,3	42.552,2	53.226,3
I.1.1. Receita Bruta (1)	48.837,2	43.111,8	53.477,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.756,0	-559,7	-251,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	19.828,3	9.477,2	11.206,9
I.3. Receitas do Banco Central	212,0	57,1	135,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.465,8	8.133,4	10.217,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	55.655,8	43.953,0	54.351,6
IV. DESPESA TOTAL	63.708,2	32.397,3	38.989,7
IV.1. Despesas do Tesouro	39.767,4	19.108,2	22.495,3
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.240,5	10.437,4	12.570,9
IV.1.2. Custeio e Capital	26.396,6	8.677,6	9.900,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.648,8	851,1	1.106,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	2.055,1	335,4	429,4
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.824,4	1.052,8	1.194,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	20.868,2	6.438,3	7.171,2
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	14.640,6	5.355,8	5.908,9
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	6.227,6	1.082,5	1.262,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	130,2	-6,7	23,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	23.714,2	13.173,2	16.295,8
IV.3. Despesas do Banco Central	226,7	115,8	198,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-8.052,4	11.555,8	15.361,9
V.1. Tesouro Nacional	-4.151,9	15.310,5	20.513,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.885,9	-3.696,0	-5.088,9
V.3. Banco Central (4)	-14,6	-58,7	-62,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		5,73%	6,89%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

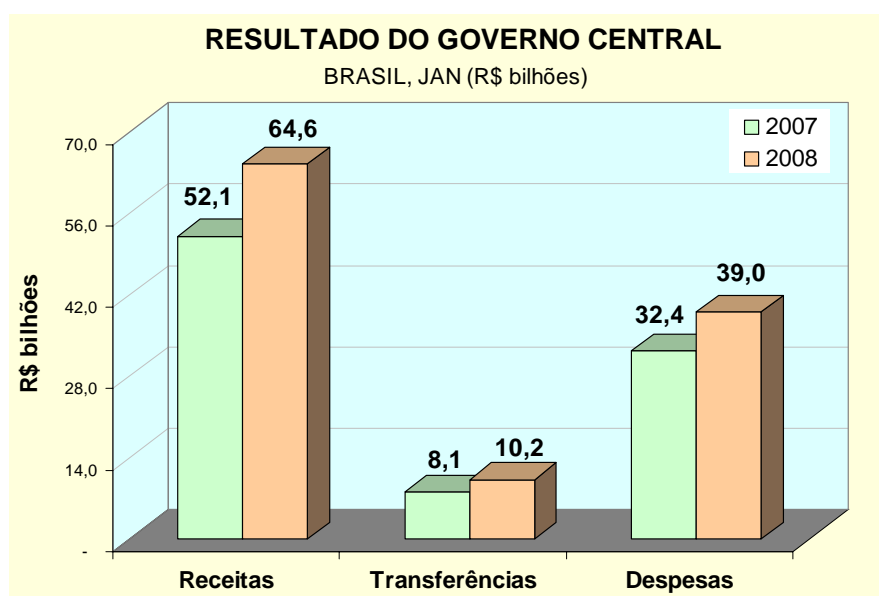
PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2008/2007

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	23,97%
Tesouro	25,08%
Previdência	18,25%
Transferências	25,62%
Receita Líquida	23,66%
Despesas	20,35%
Benefícios	23,70%
Pessoal	20,44%
Custeio e Capital	14,10%
FAT	29,94%
Subsídios	28,02%
LOAS/RMV	13,44%
Outras	11,38%
Custeio	10,33%
Capital	16,61%
PIB estimado	10,65%

As receitas do Tesouro Nacional cresceram acima das expectativas do desempenho da economia e da evolução dos níveis de preços, considerando que

O crescimento das receitas do Governo Central em 2008 decorreu sobretudo do comportamento da economia e da mudança na apuração IRRF – Rendimentos do Trabalho.

medidas adicionais de desoneração tributária foram adotadas após janeiro de 2007. Com efeito, a receita bruta cresceu R\$ 10,4 bilhões (24,0%), quando comparada a janeiro de 2007, passando de R\$ 43,1 bilhões para R\$ 53,5 bilhões. Em especial, destaca-se o comportamento do IRPJ e da CSLL, refletindo lucros obtidos em 2007, especialmente pelo setor financeiro. Ademais, houve forte antecipação de recolhimento, em janeiro, de ajuste relativo ao ano de 2007, cujo prazo legal para pagamento é final de março de 2008. Além disso, a arrecadação do IRRF - Rendimentos do Trabalho cresceu R\$ 2,2 bilhões (87,5%), devido à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único).



As transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo de 25,6% (R\$ 2,1 bilhões) em termos nominais, devido à elevação de 16,4% (R\$ 2,1 bilhões) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em dezembro de 2007, base para as transferências de janeiro de 2008, comparativamente a dezembro de 2006, base para as transferências de janeiro de 2007.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2008 decorreu sobretudo do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 17,7% em termos nominais relativamente às verificadas em janeiro de 2007, em decorrência da concentração do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal ocorridos no mês, sem correspondência no primeiro mês de 2007. Além disso, as despesas discricionárias apresentaram dinâmica de execução relativamente baixa, com destaque para a queda de R\$ 1,2 bilhão registrada nos gastos do Ministério da Saúde, parcialmente compensada pela elevação de R\$ 293,2 milhões nos dispêndios

do Ministério do Desenvolvimento Social e de R\$ 183,5 milhões nos gastos do Ministério da Educação. Por outro lado, as despesas com benefícios assistenciais (LOAS e RMV) cresceram R\$ 141,5 milhões (13,4%) em decorrência do reajuste do salário mínimo e da elevação de 8% na quantidade de benefícios pagos.

Por fim, a elevação do déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação de 2007 deve-se em parte à grande concentração de despesas com o pagamento de precatórios judiciais em janeiro de 2008, atingindo o montante de R\$ 2,4 bilhões, enquanto que no primeiro mês de 2007 tais gastos perfizeram somente R\$ 167,4 milhões. Por outro lado, a arrecadação líquida apresentou aumento de 18,3%, especialmente devido às contribuições previdenciárias, que passaram de R\$ 10,0 bilhões para 12,2 bilhões (elevação de 22,6%), na esteira da elevação da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Ademais, foi relevante o comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, houve a geração de 1.655 mil novos empregos nos últimos 12 meses encerrados em janeiro.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 53,5 bilhões em janeiro, sendo R\$ 4,6 bilhões superior ao montante verificado em dezembro (elevação de 9,5%). Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 2,4 bilhões nas demais receitas, de R\$ 1,5 bilhão nas receitas de impostos federais e de R\$ 718,1 milhões nas receitas de contribuições sociais.

Dentre as demais receitas, destaca-se a cota parte de *royalties* relativos à extração de petróleo e gás natural, que totalizou R\$ 3,2 bilhões em janeiro frente a R\$ 940,3 milhões em dezembro, a receita de dividendos, que totalizou R\$ 762,1 milhões contra R\$ 1,2 milhão no mês anterior e, em sentido contrário, a receita de concessões, que teve redução de R\$ 713,2 milhões em decorrência do recolhimento de parcela da subconcessão da Ferrovia Norte Sul ocorrida em dezembro sem contrapartida este mês. A elevação de R\$ 2,3 bilhões na cota parte deve-se à sazonalidade do recolhimento da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador.

A arrecadação de impostos alcançou R\$ 25,5 bilhões em janeiro contra R\$ 24,0 bilhões em dezembro (elevação de 6,2%). Contribuíram para esta evolução o pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ relativo ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, e a alteração das alíquotas do IOF, em conformidade com o estabelecido nos Decretos nº 6.306, de 2007 e nº 6.339, de 2008, que influenciou parcialmente a arrecadação deste tributo no mês de janeiro. Em sentido contrário destacam-se o recolhimento semestral do IRRF - Rendimentos de Capital relativo a aplicações financeiras em fundos de investimento e a tri-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	9.477,2	11.215,2	18,3%
Benefícios	13.173,2	16.295,8	23,7%
Res. Primário	-3.696,0	-5.080,6	37,5%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/07	JAN/08
Impostos	24.016,6	25.502,7
Imposto de Renda	18.566,6	20.082,0
IPI	3.552,8	2.995,3
Outros	1.897,2	2.425,4
Contribuições	20.239,2	20.957,3
Cofins	9.603,0	10.105,9
CPMF	3.685,5	874,6
CSLL	2.917,4	5.288,7
Cide - Combustíveis	656,9	663,0
Outras	3.376,5	4.025,1
Demais	4.581,4	7.017,3
Cota parte	940,3	3.220,4
Diretamente Arrecadada	1.463,6	1.974,3
Dividendos da União	1,2	762,1
Outras	2.176,2	1.060,4
Total Bruto	48.837,2	53.477,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

butação sobre o 13º salário. Ambos são concentrados em dezembro, sem contrapartida, portanto, em janeiro.

As contribuições totalizaram R\$ 21,0 bilhões, representando uma elevação de 3,5% em relação ao mês anterior. Esta elevação foi influenciada pelo pagamento da primeira cota ou cota única da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior. A arrecadação referente a esta contribuição alcançou R\$ 5,3 bilhões, 81,3% superior ao registrado em dezembro. Por outro lado, a extinção da CPMF resultou numa arrecadação residual de R\$ 874,6 milhões desta contribuição no mês, referente a fatos geradores do último decêndio de dezembro, contra a arrecadação de R\$ 3,7 bilhões ocorrida em dezembro.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 10,4 bilhões (24,0%) quando comparada à de janeiro de 2007, passando de R\$ 43,1 bilhões para R\$ 53,5 bilhões. Todos os segmentos de receitas apresentaram crescimento, sendo particularmente expressivo o crescimento de R\$ 8,4 bilhões (49,2%) na arrecadação de impostos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 4,2 bilhões (58,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 1,8 bilhão (51,6%) na arrecadação de CSLL, refletindo os lucros obtidos em 2007, especialmente pelo setor financeiro, e pelas vendas e participações acionárias, principalmente, de empresas ligadas ao setor de mineração. Cabe destacar a forte antecipação de recolhimento, em janeiro de 2008, do ajuste, relativo ao ano de 2007, cujo prazo legal para pagamento é final de março de 2008;
- elevação de R\$ 2,7 bilhões (49,6%) no IRRF, devido ao crescimento de 87,5% no IRRF - rendimentos do trabalho e de 23,4% no IRRF - outros rendimentos, devido a diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante do Parágrafo Único, art. 70, da Lei nº 11.196, de 2005, e de 52,9% no IRRF - remessas ao exterior, concentrado nas remessas relativas a juros sobre capital próprio;
- incremento de R\$ 1,6 bilhão (18,5%) na Cofins, refletindo, em grande medida, o aumento no volume de vendas de bens e serviços, com destaque para os setores de material de escritório, veículos e motos, partes e peças, outros artigos de uso pessoal e doméstico, móveis e eletrodomésticos e materiais de construção;
- incremento de R\$ 574,9 milhões (97,9%) na arrecadação do IOF, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, e nº 6.339, de 2008. A arrecada-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	17.091,3	25.502,7
Imposto de Renda	13.106,7	20.082,0
IPI	2.461,6	2.995,3
Outros	1.523,1	2.425,4
Contribuições	19.122,0	20.957,3
Cofins	8.527,1	10.105,9
CPMF	2.912,4	874,6
CSLL	3.488,8	5.288,7
Cide - Combustíveis	687,3	663,0
Outras	3.506,4	4.025,1
Demais	6.898,5	7.017,3
Cota parte	2.677,7	2.677,7
Diretamente Arrecadada	1.635,9	1.635,9
Dividendos da União	1.416,1	1.416,1
Outras	1.168,9	1.287,6
Total Bruto	43.111,8	53.477,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

ção desse imposto é apurada decendialmente e, em janeiro de 2008, teve como fato gerador as operações realizadas no período de 21/12/07 a 20/01/08. Por esta razão, o valor arrecadado neste mês está influenciado, em parte, pela legislação anterior. Além disso, ocorreu no mês arrecadação atípica de depósito judicial, relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões.

- e) crescimento de R\$ 533,7 milhões (21,7%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007, com destaque para os setores de material eletrônico e equipamentos de comunicações, máquinas e equipamentos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, indústria extrativa, metalurgia básica e refino de petróleo e produção de álcool; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 45,6% no valor em dólar das importações tributadas, de 5,0% na alíquota média do imposto e da redução de 17,0% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 323,4 milhões (35,0%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 45,6% no valor em dólar das importações tributadas, de 9,7% na alíquota média do imposto e da redução de 17,0% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 133,4 milhões (23,6%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho líquido em operações em Bolsa de Valores;

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 118,7 milhões (1,7%) em relação à janeiro de 2007, decorrente da elevação de R\$ 542,8 milhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras e de R\$ 338,4 milhões nas receitas diretamente arrecadadas, parcialmente compensadas pela redução de R\$ 654,0 milhões na arrecadação de dividendos da União.

Em janeiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,2 bilhões, contra R\$ 11,5 bilhões em dezembro, apresentando uma redução de R\$ 1,2 bilhão. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,5 bilhões, decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (14,5%) frente a dezembro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente nos dois primeiros decêndios de janeiro. Ao contrário do ocorrido em dezembro, não ocorreram transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 do exercício de 2008, em função da não aprovação da Lei Orçamentária Anual para 2008. Por outro lado, as transferências

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/07	JAN/08
Constitucionais (IR/IPI/outras)	9.915,9	8.482,3
CIDE-Combustíveis	-	471,6
Lei Comp. nº 115/2002 1	258,2	15,2
Demais	1.291,7	1.248,3
Total	11.465,8	10.217,4

¹ Inclui auxílio financeiro

**BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS
CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)
BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ milhões)**

DECÊNIO	Dez/07	Jan/08
Terceiro Decênio	9.579,2	9.498,6
Primeiro Decênio	7.139,8	6.568,9
Segundo Decênio	4.037,5	2.611,3
Total	20.756,5	18.678,7

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.399,7	8.482,3
CIDE - Combustíveis	479,1	471,6
Lei Comp. nº 115/2002 1	3,9	15,2
Demais	1.250,8	1.248,3
Total	8.133,4	10.217,4

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

referentes à CIDE-combustíveis totalizaram R\$ 471,6 milhões, sem contrapartida no mês anterior.

Em relação a janeiro de 2007, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (25,6%), elevando-se de R\$ 8,1 bilhões em 2007 para R\$ 10,2 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada pela elevação de R\$ 2,1 bilhões (16,4%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em dezembro de 2007 comparativamente a dezembro de 2006.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 22,5 bilhões em janeiro contra R\$ 39,8 bilhões no mês de dezembro. A redução de R\$ 17,3 bilhões (43,4%) é sazonal e está concentrada basicamente nos gastos de custeio e capital, que registraram queda de R\$ 16,5 bilhões, em relação ao mês anterior. As despesas de pessoal e encargos sociais por sua vez diminuíram, passando de R\$ 13,2 bilhões em dezembro para R\$ 12,6 bilhões em janeiro, redução de R\$ 669,6 milhões (5,1%) em relação ao mês anterior.

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/07	JAN/08
Pessoal e Encargos	13.240,5	12.570,9
Custeio e Capital	26.396,6	9.900,8
Despesas do FAT	1.648,8	1.106,0
Subsídios e Subvenções ¹	2.055,1	429,4
LOAS/RMV	1824,4	1194,3
Outras	20.868,2	7.171,2
Transferência ao Bacen	130,2	23,5

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

No caso dos gastos com custeio e capital, a redução de R\$ 16,5 bilhões (62,5%) decorreu da diminuição nas despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, que totalizaram em janeiro R\$ 429,4 milhões frente a R\$ 2,1 bilhões em dezembro de 2007, o que equivale a uma redução de R\$ 1,6 bilhão (79,1%), e principalmente da diminuição nas outras despesas de custeio e capital, que perfizeram R\$ 7,2 bilhões frente a R\$ 20,9 bilhões no mês anterior, referente a uma variação de R\$ 13,7 bilhões (65,6%).

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	DEZ/07	JAN/08
Agricultura	885,0	416,3
Custeio Agropecuário	49,4	47,0
Investimento Rural	1,5	19,5
Preços Agrícolas	-15,7	54,8
- EGF	1,9	1,2
- AGF	-116,0	-66,4
- Sustent. de preços	98,5	120,0
Pronaf	74,8	224,2
Pesa	177,6	14,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	595,3	52,6
FUNCAFÉ	1,9	4,1
Outros	846,2	-183,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	743,6	-50,2
Exportação (Proex)	102,6	-132,9
Total	1.731,2	233,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

As despesas relativas ao seguro-desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 1,1 bilhão frente a R\$ 1,6 bilhão em dezembro, registrando decréscimo de R\$ 542,9 milhões (32,9%). Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) totalizaram R\$ 1,2 bilhão contra R\$ 1,8 bilhão em dezembro, reduzindo-se, portanto, em R\$ 630,1 milhões (34,5%).

Nos gastos com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, a variação está essencialmente associada à queda nas despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) em R\$ 793,7 milhões (108,7%); do Fundo da Terra/INCRA em R\$ 542,7 milhões (91,2%); do Programa de Incentivo à Exportação – PROEX em R\$ 235,5 milhões (229,5%); e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) em R\$ 163,6 milhões (92,1%).

Quanto às outras despesas de custeio e capital, cuja diminuição em relação ao mês anterior alcançou R\$ 13,7 bilhões (65,6%), destacam-se as reduções nos gastos com o crédito extraordinário em R\$ 3,1 milhões (83,2%); com o Projeto Piloto de Investimento, diminuição de R\$ 1,2 bilhão (84,3%); e com as despesas discricionárias, redução de R\$ 10,2 bilhões (69,3%). Por outro lado, as despesas de sentenças judiciais registraram aumento: a execução de janeiro foi de R\$ 1,3 bilhão frente a R\$ 35,0 milhões em dezembro de 2007.

Em relação às despesas discricionárias, houve redução de R\$ 10,2 bilhões, sendo que as principais ficaram por conta dos Ministérios da Saúde (R\$ 2,6 bilhões), Defesa (R\$ 1,8 bilhão), Ciência e Tecnologia (R\$ 698,5 milhões), Educação (R\$ 594,8 milhões), Desenvolvimento Social (R\$ 554,9 milhões) e demais Ministérios (R\$ 2,7 bilhões).

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 3,4 bilhões (17,7%) em relação a 2007. Destacam-se os incrementos de R\$ 2,1 bilhões (20,4%) nas despesas de pessoal e encargos sociais, e R\$ 1,2 bilhão (14,1%) nos gastos com custeio e capital.

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, os dispêndios com a folha salarial aumentaram R\$ 2,4 bilhões (109,5%) em relação a 2007. Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes, no montante de R\$ 2,0 bilhões, pagos pelas Justiças Federal e do Trabalho, frente ao total de R\$ 62,8 milhões em 2007. No âmbito do Poder Executivo, houve queda de R\$ 264,4 milhões no período.

Nos gastos de custeio e de capital, o crescimento decorreu do maior dispêndio nas despesas do FAT, que registraram aumento de R\$ 254,8 milhões; nas despesas com benefícios assistenciais com crescimento de R\$ 141,5 milhões; e nas outras despesas de custeio e capital, que passaram de R\$ 6,4 bilhões em 2007 para R\$ 7,2 bilhões em 2008, ou seja, aumento de R\$ 732,9 milhões (11,4%). Neste último caso, explicado pelo maior crescimento das despesas de capital (16,6%) e menor aumento nos dispêndios de custeio (10,3%).

No caso dos investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Ta bela A8), cuja execução passou de R\$ 1,1 bilhão em 2007 para R\$ 1,3 bilhão em 2008, relativo a um aumento de R\$ 179,8 milhões. Destacam-se os Ministérios dos Transportes (R\$ 332,0 milhões), da Educação (R\$ 225,5 milhões), da Integração Nacional, (R\$ 205,3 milhões), da Defesa (R\$ 189,2 milhões), das Cidades (R\$ 186,2 milhões), e a Justiça Federal (R\$ 188,8 milhões). Por sua vez, a execução

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 e 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/07	JAN/08
Sentenças Judiciais	35,0	1.324,1
Legislativo/Judiciário	515,3	393,6
Crédito Extraordinário ¹	3.763,6	635,3
Projeto Piloto de Investimento ²	1.377,1	214,5
Outras ³	444,6	80,0
Discricionárias	14.732,6	4.523,7
d/q Min. da Saúde	4.215,5	1.622,2
Min. do Des. Social	1.410,0	855,1
Min. da Educação	1.359,0	764,2
Min. da Defesa	1.927,8	109,9
Min. da Ciência e Tec.	785,1	86,6
Min. do Des. Agrário	272,4	123,0
Min. da Justiça	392,7	45,0
Min. da Previdência	258,0	34,6
Min. das Cidades	636,3	65,0
Demais	3.475,7	818,1
Total	20.868,2	7.171,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	5,18%	5,64%
Custeio e Capital	4,31%	4,44%
Despesas do FAT	0,42%	0,50%
Subsídios e Subvenções ¹	0,17%	0,19%
LOAS/RMV	0,52%	0,54%
Outras	3,20%	3,22%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,01%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	15,7	1.324,1
Legislativo/Judiciário	402,5	393,6
Crédito Extraordinário ¹	501,5	635,3
Projeto Piloto de Investimento ²	171,0	214,5
Outras ³	50,7	80,0
Discricionárias	5.296,9	4.523,7
d/q Min. da Saúde	2.803,4	1.622,2
Min. do Des. Social	561,9	855,1
Min. da Educação	580,7	764,2
Min. da Defesa	193,9	109,9
Min. da Ciência e Tec.	153,8	86,6
Min. do Des. Agrário	76,3	123,0
Min. da Previdência	41,1	34,6
Min. da Justiça	59,5	45,0
Min. dos Transportes	161,7	77,2
Demais	664,5	805,9
Total	6.438,3	7.171,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

financeira do PPI foi de R\$ 214,4 milhões em 2008 contra R\$ 171,0 milhões em 2007, ou seja, crescimento de 26,8% em relação ao ano anterior.

Nas despesas de custeio, as maiores variações ocorreram em gastos com sentenças judiciais, que totalizaram R\$ 1,3 bilhão contra R\$ 15,7 milhões no mesmo período do ano, e em despesas discricionárias que apresentou queda de R\$ 770,9 milhões. As variações mais significativas nas despesas discricionárias foram a queda de R\$ 1,2 bilhão registrada nos gastos do Ministério da Saúde e o aumento de R\$ 293,2 milhões nos dispêndios do Ministério do Desenvolvimento Social, de R\$ 183,5 milhões nos gastos do Ministério da Educação e de R\$ 143,6 milhões, nas dos demais Ministérios.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 141,5 milhões (13,4%) em relação a 2007. Esta variação pode ser explicada pelo reajuste do salário mínimo e também pela quantidade de benefícios pagos que aumentaram 8% em relação a 2007. Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão refere-se a benefícios a idosos, com variação positiva de 10%, e 1,4 milhão, a portadores de deficiência, ou seja, aumento de 7% em relação à média do ano anterior.

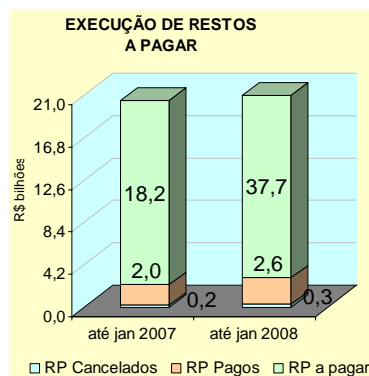
SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	224,6	416,3
Custeio Agropecuário	0,8	47,0
Investimento Rural	4,7	19,5
Preços Agrícolas	166,7	54,8
- EGF	0,0	1,2
- AGF	12,8	-66,4
- Sustent. de preços	154,0	120,0
Pronaf	26,7	224,2
Pesa	2,2	14,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	23,6	52,6
FUNCAFÉ	0,0	4,1
Outros	-77,6	-183,1
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-41,6	-50,2
Exportação (Proex)	-36,0	-132,9
Total	147,0	233,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
jan/01	1.220.788	-	408.697	-	812.091	-
jan/02	1.351.660	11%	478.651	17%	873.009	8%
jan/03	1.570.534	16%	590.168	23%	980.366	12%
jan/04	1.710.521	9%	671.477	14%	1.039.044	6%
jan/05	2.076.789	21%	943.162	40%	1.133.627	9%
jan/06	2.297.843	11%	1.076.416	14%	1.221.427	8%
jan/07	2.489.025	8%	1.190.487	11%	1.298.538	6%
jan/08	2.700.283	8%	1.305.082	10%	1.395.201	7%



O montante pago de restos a pagar – RP correspondeu a R\$ 2,6 bilhões, equivalentes a 6,5% do total de RP inscritos líquidos (menos cancelamentos). Desse total, R\$ 1,8 bilhão refere-se às despesas de custeio e R\$ 800,3 milhões, às despesas de investimentos e inversões financeiras, que se concentraram principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 754,3 milhões), da Educação (R\$ 661,1 milhões), dos Transportes (R\$ 228,9 milhões) e da Defesa (R\$ 216,7 milhões).

Em janeiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,1 bilhões, superando em R\$ 1,2 bilhão o resultado registrado em dezembro de 2007 (aumento de 30,7%). Este aumento do déficit primário é explicado principalmente pela redução sazonal das contribuições previdenciárias, uma vez que em dezembro a arrecadação da Previdência é influenciada pelas contribuições referentes às gratificações natalinas. Assim, as contribuições previdenciárias que haviam sido de R\$ 20,1 bilhões em dezembro de 2007 caíram para R\$ 12,2 bilhões em janeiro de 2008 (queda de 39,1%).

O pagamento de benefícios também sofreu o efeito sazonal, já que a Previdência pagou a segunda metade do valor do abono natalino a seus segurados em dezembro de 2007. A primeira metade havia sido paga em setembro daquele ano. Adicionalmente, houve antecipação no valor de R\$ 2,7 bilhões, de janeiro de 2008 para dezembro de 2007, do pagamento de metade dos benefícios previdenciários com valor de até um salário-mínimo, conforme regulamentação pela MP n.º 404/2007. Com isso, o pagamento de benefícios em janeiro de 2008 foi R\$ 7,4 bilhões inferior ao de dezembro de 2007, o que representou uma redução de 31,3% no período.

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ	JAN	JAN	
	2007	2007	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.763,4	19.828,3	11.215,2	9.477,2	11.215,2
Arrecadação Bruta	13.054,2	21.081,4	13.368,7	10.947,7	13.368,7
- Contribuição Previdenciária	12.123,8	20.092,2	12.238,4	9.984,1	12.238,4
- Simples	750,9	766,6	951,0	789,6	951,0
- CFT	49,9	52,9	91,0	49,7	91,0
- Depósitos Judiciais	80,3	120,7	67,4	67,4	67,4
- Refis	25,3	24,3	20,9	24,2	20,9
- Outras Receitas	24,0	24,7	0,0	32,6	0,0
(-) Restituição/Devolução	-99,6	-23,6	-5,2	-17,4	-5,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.191,2	-1.229,5	-2.148,3	-1.453,1	-2.148,3
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.324,1	23.714,2	16.295,8	13.173,2	16.295,8
Benefícios Previdenciários	14.324,1	23.714,2	16.294,8	13.173,2	16.294,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.560,6	-3.885,9	-5.080,6	-3.696,0	-5.080,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,83%	-2,28%

Em janeiro de 2008, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 5,1 bilhões, influenciado pelo pagamento de precatórios de benefícios e pela sazonalidade das contribuições, benefícios e transferências a terceiros.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,2 bilhões em janeiro de 2008, tendo reduzido em R\$ 8,6 bilhões, ou 43,4% frente aos ingressos líquidos do mês anterior. As principais razões foram: i) o já explicitado efeito sazonal sobre a contribuição previdenciária; e ii) o incremento sazonal das transferências a terceiros no mês de janeiro, devido ao repasse das contribuições sobre as gratificações natalinas das entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN (R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	9.477,2	11.215,2	18,3%
Benefícios	13.173,2	16.295,8	23,7%
Res. Primário	-3.696,0	-5.080,6	37,5%

Comparativamente a janeiro de 2007, o resultado da arrecadação líquida apresentou desempenho positivo ao passar de R\$ 9,5 bilhões para R\$ 11,2 bilhões (crescimento de 18,3%). O crescimento de R\$ 2,3 bilhões (elevação de 22,6%) das contribuições previdenciárias no período teve papel decisivo. Para tal contribuiu o crescimento da massa salarial de 10,86% ao longo de 2007 em relação a 2006, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). De acordo com informações do Caged, foram 1.655 mil de empregos nos últimos doze meses encerrados em janeiro (crescimento de 6,0%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JAN			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,6	22,1	2,2%
Valor médio RGPS**	535,5	559,9	4,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios, em janeiro, alcançaram o montante de R\$ 16,3 bilhões ante R\$ 23,7 bilhões em dezembro de 2007, devido aos fatores já expostos. Comparativamente a janeiro de 2007, explica-se o crescimento de R\$ 3,1 bilhões (23,7%), principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 24,38 (4,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 469,6 mil (2,2%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) pelo pagamento de precatórios judiciais em janeiro de 2008 da ordem de R\$ 2,4 bilhões ante R\$ 167,4 milhões no mesmo mês de 2007.

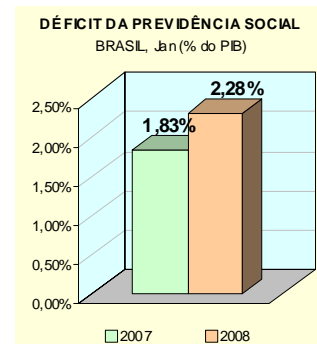
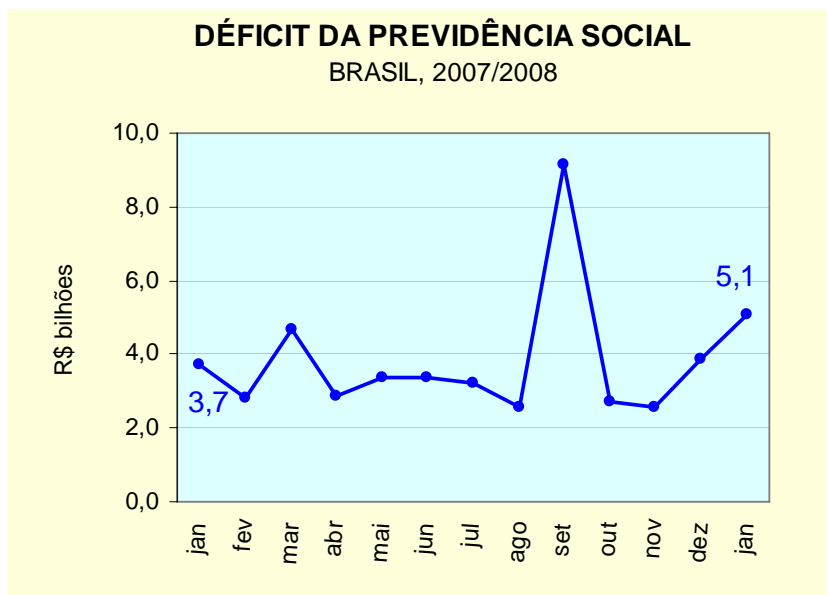
O estoque de 22,1 milhões de benefícios em janeiro de 2008 permaneceu praticamente estável em relação a dezembro de 2007.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

	Em mil benefícios			
	DEZ		JAN	
	2007	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.066	22.064	21.594	22.064
Previdenciários	21.298	21.298	20.865	21.298
Aposentadorias	13.879	13.928	13.463	13.928
Idade	7.182	7.208	6.926	7.208
Invalidez	2.753	2.762	2.738	2.762
Tempo de contribuição	3.943	3.958	3.798	3.958
Pensão por morte	6.090	6.104	5.928	6.104
Auxílio-Doença	1.244	1.183	1.403	1.183
Salário - maternidade	45	43	37	43
Outros	39	40	35	40
Acidentários	769	765	729	765
Aposentadorias	149	149	147	149
Pensão por morte	129	129	129	129
Auxílio - doença	138	134	97	134
Auxílio - acidente	271	271	270	271
Auxílio - suplementar	83	82	86	82

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,32 ponto percentual no primeiro mês de 2007 em relação a janeiro do ano passado. Já os gastos com benefícios previdenciários elevaram-se em 0,77 ponto percentual do PIB, afetado pelo já referido pagamento de precatórios judiciais. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou de 1,83% do PIB para 2,28% do PIB, ou seja, 0,45 ponto percentual superior ao resultado de janeiro de 2007.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	4,70%	5,03%
Benefícios	6,54%	7,31%
Res. Primário	-1,83%	-2,28%



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

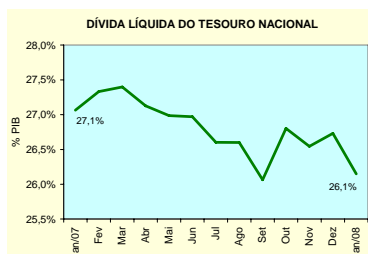
Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 709,2 bilhões, inferior em R\$ 9,6 bilhões o saldo do mês anterior, ou 0,6 ponto percentual do PIB acumulado em 12 meses. A parcela interna da dívida líquida reduziu-se em R\$ 8,1 bilhões, e a parcela externa em R\$ 1,5 bilhão.

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 709,2 bilhões, ou 26,1% do PIB, inferior em R\$ 9,6 bilhões o saldo de dezembro.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	2007		2008
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	511.288	610.227	602.135
I.1. Dívida Interna	1.400.186	1.597.859	1.567.964
I.2. Haveres Internos	888.898	987.631	965.829
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	140.250	108.604	107.101
II.1. Dívida Externa	140.530	108.884	107.380
II.2. Haveres Externos	279	280	278
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	651.538	718.832	709.236
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	27,1%	26,7%	26,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



A redução da Dívida Interna Líquida esteve associada à queda da dívida mobiliária, R\$ 29,9 bilhões. Por seu turno, a diminuição da Dívida Externa Líquida decorreu do efeito conjugado da amortização da DPFe – dívida mobiliária e dívida contratual – e da apreciação cambial no período.

Boxe 1 – Mudanças na Apuração e Apresentação da Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A partir deste mês, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional incorporará mudanças na apuração e apresentação dos saldos de obrigações e haveres financeiros, cujos detalhes podem ser obtidos no anexo metodológico na internet. As tabelas das séries históricas no formato anterior continuarão sendo disponibilizadas na internet. A seguir, são feitos breves comentários acerca dessas alterações.

No que tange à abrangência, foi expandida a cobertura das operações para contemplar na estatística o saldo das disponibilidades internas, compostas pelos recursos do Tesouro Nacional e dos fundos, da previdência social, e recursos à disposição da dívida pública. No âmbito da DPMFi, foi incorporado o saldo da dívida mobiliária na carteira do BCB e alterada a metodologia de registro dos valores, para refletir sistemática usual de precificação no mercado de títulos públicos, por meio do desconto financeiro com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) de cada papel.

Quanto à apresentação, a diretriz adotada foi promover reagrupamento das contas de modo a segregá-las no que tange à sua natureza (obrigações vs. haveres) e origem (interna vs. externa). Também foi suprimida a análise dos indicadores qualitativos da DPFe, tais como composição, custo médio e prazo médio. Vale mencionar que a referida análise é feita no Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, publicado exclusivamente pela STN desde janeiro de 2007, sendo que a versão anterior desse relatório remonta a novembro/2000.

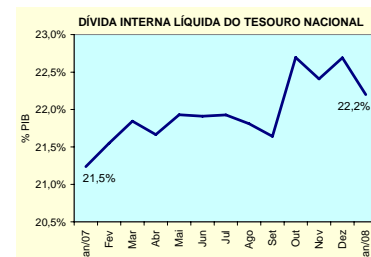
A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de janeiro em R\$ 602,1 bilhões, perfazendo em percentual do PIB 22,2%. Em relação a dezembro de 2007, observou-se redução do saldo nominal em R\$ 8,1 bilhões, equivalentes a 0,5 ponto percentual do PIB. Esse comportamento decorreu da queda da dívida mobiliária, em R\$ 29,9 bilhões, principal componente das obrigações, não obstante a redução dos haveres internos, em R\$ 21,8 bilhões.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007		2008
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA	1.400.186	1.597.859	1.567.964
I.1. Dívida Mobiliária	1.377.530	1.575.528	1.545.596
DPMFi em Poder do Público ¹	1.087.895	1.224.871	1.203.962
DPMFi em Poder do Banco Central	299.890	360.633	355.983
(-) Aplicações em Títulos Públicos	(10.255)	(9.975)	(14.349)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.655	22.331	22.368
II. HAVERES INTERNOS	888.898	987.631	965.829
II.1. Disponibilidades Internas	210.205	275.868	247.967
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	398.398	412.322	417.172
II.3. Haveres da Administração Indireta	177.834	191.885	192.773
II.4. Haveres Administrados pela STN	102.461	107.557	107.917
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	511.288	610.227	602.135
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	21,2%	22,7%	22,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ Inclui TDA e dívida securitizada.
² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



A Dívida Interna Líquida atingiu R\$ 602,1 bilhões, inferior ao saldo de dezembro em R\$ 8,1 bilhões, devido aos resgates líquidos da dívida mobiliária.

A redução da dívida mobiliária do Tesouro Nacional decorreu dos expressivos resgates líquidos no mês, R\$ 42,6 bilhões, sendo R\$ 34,3 bilhões no âmbito da DPMFi em poder do público e o restante na carteira do BCB. Tal redução é explicada pela concentração de vencimentos no mês, dos quais R\$ 57,3 bilhões referentes à DPMFi em poder do público. Em relação a janeiro de 2007, a dívida mobiliária do Tesouro Nacional em porcentagem do PIB apresentou redução de 0,2 ponto percentual.

Os resgates líquidos mais expressivos foram dos títulos prefixados – LTN e NTN-F, em virtude da concentração de vencimentos desses papéis no início de cada trimestre, conforme previsto no Plano Anual de Financiamento. Não obstante os resgates líquidos, o maior volume de emissões da DPMFi também foi dos títulos prefixados, R\$ 15,2 bilhões. Comparativamente a janeiro de 2007, sua participação na DPMFi ficou 0,4 ponto percentual superior à observada naquele período.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

Título	R\$ bilhões		
	2007		2008
	JAN	DEZ	JAN
LFT	421,5	409,0	418,7
LTN	314,7	325,1	294,4
NTN-B	172,3	242,3	249,6
NTN-C	65,0	66,2	65,2
NTN-F	60,8	131,8	126,0
Demais ¹	53,5	50,4	50,2
Aplic. em Tít. Púb.	-10,3	-10,0	-14,3
Na carteira do BCB	299,9	360,6	356,0
Total	1.377,5	1.575,5	1.545,6
% PIB	57,22%	58,59%	56,98%

(*) Não inclui haveres relativos às aplicações em títulos públicos.
¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou resgates líquidos da ordem de R\$ 34,3 bilhões, superiores à apropriação por competência dos juros nominais, R\$ 13,3 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JAN/2008

Título	Saldo Dez/07	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Jan/08
		Emissões	Pagamentos ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.224,9	28,6	-62,9	13,3	1.204,0
LFT	409,0	8,5	-2,7	3,8	418,7
LTN	325,1	13,1	-46,9	3,0	294,4
NTN-B	242,3	4,7	-1,0	3,6	249,6
NTN-C	66,2	-	-2,3	1,2	65,2
NTN-F	131,8	2,1	-9,2	1,3	126,0
Demais ¹⁴	50,4	0,3	-0,9	0,4	50,2
Na carteira do BCB	360,6	29,3	-37,6	3,6	356,0
Total	1.585,5	57,9	-100,5	16,9	1.559,9

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos totalizaram R\$ 965,8 bilhões, inferiores em R\$ 21,8 bilhões frente a dezembro de 2007, o equivalente a 1,1 ponto percentual do PIB. Essa diminuição é explicada, em grande medida, pelos pagamentos relativos aos resgates líquidos da dívida mobiliária.

HAVERES JUNTO A ENTES DA FEDERAÇÃO BRASIL, 2007/2008			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2007		2008
	JAN	DEZ	JAN
Lei 9.496/97	266,7	285,2	289,4
MP 2.185/01	41,0	44,1	44,9
Lei 8.727/93	46,5	43,4	43,3
Antecipação de Royalties	15,1	14,0	14,0
Bônus Renegociados	10,0	7,6	7,5
Lei 7.976/89	3,0	1,8	1,8
Demais Haveres	16,1	16,2	16,3
Total	398,4	412,3	417,2
% PIB	16,55%	15,33%	15,38%

Os haveres junto aos entes da federação ampliaram-se em R\$ 4,8 bilhões, com destaque para os saldos no âmbito da Lei nº 9.496/97, cujo acréscimo foi de R\$ 4,1 bilhões. Tomados em porcentagem do PIB, os haveres do Tesouro Nacional junto aos entes da federação em janeiro de 2008 apresentaram-se 1,2 ponto percentual inferiores ao verificado em igual período de 2007, devido à amortização no período dos saldos dos programas.

Por sua vez, o saldo dos haveres administrados por fundos, autarquias e fundações expandiu-se em R\$ 888,1 milhões, associado ao crescimento do patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais e dos haveres administrados pelo FAT.

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida em janeiro totalizou R\$ 107,1 bilhões, equivalente a 3,8% do PIB. Esse saldo é inferior ao do mês anterior em R\$ 1,5 bilhão.

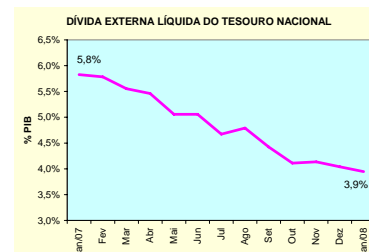
A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em janeiro totalizou R\$ 107,1 bilhões, saldo este inferior ao do mês anterior em R\$ 1,5 bilhão. Essa redução decorreu do efeito combinado da apreciação cambial no mês, cerca de 0,6%, e da diminuição do saldo devedor em moeda estrangeira, da ordem de 0,8%. O decréscimo do estoque em moeda estrangeira é explicado pelos pagamentos de principal, juros e encargos da dívida externa bruta, os quais totalizaram R\$ 1,9 bilhão no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007		2008
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA EXTERNA	140.530	108.884	107.380
I.1. Dívida Mobiliária	110.310	84.568	83.087
Euro	15.334	11.661	11.525
Global US\$	86.324	61.808	60.958
Global BRL	6.458	10.763	10.268
Demais	2.194	336	336
I.2. Dívida Contratual	30.219	24.316	24.293
Organismos Internacionais	24.418	20.284	20.209
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.801	4.032	4.084
II. HAVERES EXTERNOS	279	280	278
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	279	280	278
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	140.250	108.604	107.101
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[†]	5,8%	4,0%	3,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

† PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Comparativamente a janeiro de 2007, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 33,1 bilhões, equivalentes a 1,9 ponto percentual do PIB. Essa queda é explicada pela apreciação cambial no período, 17,2%, e dos pagamentos regulares e antecipados das obrigações, que resultou na diminuição em cerca de 7,8% do saldo da dívida expresso em dólar norte-americano.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN/2008

Discriminação	Saldo Dez/07	Fatores de Variação [†]				Saldo Jan/08
		Emissões	Pagamentos [‡]	Juros [‡]	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	84.568	-	(1.774)	640	(347)	83.087
Euro	11.661	-	(250)	87	27	11.525
Global US\$	61.808	-	(930)	453	(373)	60.958
Global BRL	10.763	-	(594)	99	(0)	10.268
Demais	336	-	-	2	(2)	336
Dívida Contratual	24.316	15	(153)	88	27	24.293
Org. Internacionais	20.284	15	(128)	68	(30)	20.209
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.032	-	(25)	20	57	4.084
Total	108.884	15	(1.927)	729	(320)	107.380

[†] Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

[‡] Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

[‡] Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

A redução da Dívida Externa Líquida em janeiro é explicada pela apreciação cambial e pelo pagamento de principal, juros e encargos.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão em Janeiro 2007/2008

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. RECEITA TOTAL	52.086,5	43.202,6	47.712,6	54.987,1	48.241,9	49.433,2	50.874,9	48.673,0	49.294,9	54.692,0	52.552,1	67.121,6	64.569,0
I.1. Receitas do Tesouro	42.552,2	32.631,6	37.043,0	44.277,9	37.301,7	38.405,3	39.608,0	36.891,7	37.834,8	42.886,6	40.627,7	47.081,3	53.226,3
I.1.1. Receita Bruta	43.111,8	32.738,7	37.416,3	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3
- Impostos	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7
- Contribuições	19.122,0	15.623,4	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3
- Demais ¹	6.898,5	2.825,0	4.257,6	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3
I.1.2. (-) Restituições	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0	11.392,6	11.711,9	11.763,4	19.828,3	11.206,9
I.3. Receitas do Banco Central	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3	67,5	93,5	161,0	212,0	135,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2	7.896,9	8.123,3	9.551,4	11.465,8	10.217,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2
II.3. Transferências da Cide	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0	0,0	471,6
II.4. Demais	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	43.953,0	34.309,8	40.063,8	46.416,7	38.818,2	39.755,2	43.141,8	40.185,8	41.398,0	46.568,7	43.000,7	55.655,8	54.351,6
IV. DESPESA TOTAL	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.146,6	34.576,0	34.556,8	37.979,2	36.522,2	41.359,3	36.690,7	38.496,6	63.708,2	38.989,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0	8.962,2	9.015,0	10.024,7	13.240,5	12.570,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4	20.550,4	14.406,3	14.324,1	23.714,2	16.295,8
IV.3. Custeio e Capital	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.991,7	11.537,3	11.031,8	12.306,0	13.362,0	11.678,2	13.071,8	13.899,0	26.396,6	9.900,8
IV.3.1. Despesa do FAT	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.106,0
- Abono e Seguro Desemprego	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9
- Demais Despesas do FAT	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3	65,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	429,4
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2	196,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.365,8	8.420,6	7.634,9	8.125,9	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.171,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1	11,1	38,6	64,6	130,2	23,5
IV.5. Despesas do Banco Central	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7	157,4	159,1	184,2	226,7	198,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	11.555,8	3.499,5	3.864,4	14.270,1	4.242,2	5.198,4	5.162,7	3.663,5	38,7	9.878,0	4.504,1	-8.052,4	15.361,9
V.1. Tesouro Nacional	15.310,5	6.313,9	8.588,1	17.219,4	7.630,7	8.653,4	8.452,5	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.513,6
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9
V.3. Banco Central ⁶	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4	101,0	23,8	0,0	0,0	148,4
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	151,7	-1.098,4	-209,4	435,9	865,5	141,4	-369,1	-523,2	672,1	115,9	279,5	-635,8	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	3.445,7	811,8	10.017,7	4.783,6	-8.688,1	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	-8.118,2	-8.806,4	-10.276,6	-7.499,2	-7.087,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	-4.672,5	-7.994,6	-259,0	-2.715,5	-15.775,8	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6
RMV ⁴	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.932,5	80.050,6	46.737,6
I.1 - Recolhimento Bruto	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.037,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0
I.5 - Receita do Salário Educação	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.345,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	11,6
II. DESPESAS	51.297,5	45.620,2	52.286,7	47.558,3	60.092,7	56.541,7	56.176,3	48.238,0	59.494,5	48.887,3	60.631,1	59.019,1	68.696,7
II.1 - Liberações Vinculadas	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9	11.978,1	13.810,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2
II.1.4 - Outras Vinculações	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.924,5	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8
II.2 - Liberações Ordinárias	41.732,3	35.555,7	43.743,1	37.278,5	49.052,0	45.073,2	46.846,0	38.101,2	49.673,9	39.082,8	49.222,3	47.041,0	54.886,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.851,7	9.489,4	10.601,4	9.262,7	9.330,4	11.788,0	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	1.813,8
i) Dívida Contratual Interna	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	0,2
ii) Dívida Contratual Externa	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	1.813,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.500,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.836,1	6.597,9	8.101,2	7.260,7	13.499,2	8.567,0	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.284,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-10.107,7	3.087,4	-3.994,7	6.305,5	-7.400,2	-4.429,4	-6.022,2	5.215,5	-6.515,5	4.414,7	-1.698,7	21.031,5	-21.959,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5	16.462,8	24.067,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3
V. DESPESAS	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0	19.498,1	44.400,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	42.970,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.970,0
V.1.2 - Dívida Contratual	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	0,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.430,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2	-3.711,1	-19.636,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.179,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-13.202,7	35.289,9	4.605,7	3.063,7	21.543,1	19.609,7	-35.385,3	16.993,4	6.120,3	29.994,5	13.299,0	22.850,8	-48.471,6

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1	10.154,6	31.545,0
I.1. Emissão de Títulos	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	153,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0	5.300,0	37.724,6
II.1. Resgate de Títulos	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0
II.2. Encargos da DPMF	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6
III. RESULTADO (I - II)	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.179,6

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0
IV. PRONAF	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9
V. PROEX	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2
XIII. TOTAL	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	511.287,7	521.830,7	532.430,2	532.254,2	542.736,1	546.595,3	553.681,8	559.488,5	561.574,7	595.348,9	595.706,7	610.227,4	602.134,9
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.400.185,9	1.442.737,4	1.461.263,0	1.461.795,1	1.496.871,0	1.522.259,8	1.491.358,1	1.515.858,2	1.529.905,9	1.563.428,6	1.586.204,6	1.597.858,5	1.567.963,8
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.087.895,2	1.120.048,4	1.142.650,8	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7
DPMFi em Poder do Banco Central	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	355.982,6
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-10.255,1	-10.884,7	-10.957,1	-11.972,8	-12.607,5	-11.811,6	-12.739,5	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5
Demais Obrigações Internas	22.655,5	22.633,6	22.562,0	22.534,1	22.483,4	22.426,1	22.382,5	22.343,0	22.341,6	22.349,5	22.364,2	22.330,6	22.368,1
I.2. HAVERES INTERNOS	888.898,3	920.906,7	928.832,7	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.631,1	965.828,9
Disponibilidades Internas	210.205,4	241.283,2	248.687,7	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.967,3
Haveres junto aos Governos Regionais	398.397,6	399.237,8	399.321,7	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8
Haveres da Administração Indireta	177.833,9	178.728,3	179.734,5	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	192.772,6
Haveres Administrados pela STN	102.461,3	101.657,4	101.088,9	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.556,9	107.917,3
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	140.250,3	140.056,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2	107.101,5
II.1. DÍVIDA EXTERNA	140.529,6	140.344,0	135.623,9	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9
Dívida Mobiliária	110.310,2	110.002,0	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7
Dívida Contratual	30.219,4	30.342,0	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2
II.2. HAVERES EXTERNOS	279,3	287,8	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	279,3	287,8	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	651.538,0	661.887,0	667.774,6	666.441,5	667.861,0	672.771,2	671.700,6	682.381,1	676.372,6	703.152,4	705.633,9	718.831,6	709.236,4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB ¹²	27,1%	27,3%	27,4%	27,1%	27,0%	27,0%	26,6%	26,6%	26,1%	26,8%	26,5%	26,7%	26,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

 (*) Nova metodologia divulgada a partir de janeiro/2008. Série histórica pela metodologia anterior está disponível nos links "tabelas" do endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp>.

11 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

12 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.400.185,9	1.442.737,4	1.461.263,0	1.461.795,1	1.496.871,0	1.522.259,8	1.491.358,1	1.515.858,2	1.529.905,9	1.563.428,6	1.586.204,6	1.597.858,5	1.567.963,8
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO ¹¹	1.087.895,2	1.120.048,4	1.142.650,8	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7
LFT	421.528,8	428.734,8	415.745,6	424.630,4	428.857,6	406.966,3	412.630,1	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3
LTN	314.747,7	328.838,2	348.323,3	327.407,8	334.680,1	349.894,6	309.811,2	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5
NTN-B	172.288,9	174.534,5	180.272,1	192.464,9	193.040,8	209.639,4	216.173,9	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5
NTN-C	64.963,1	65.004,5	65.109,3	62.550,2	62.800,6	63.264,3	62.125,5	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8
NTN-F	60.848,6	67.493,4	77.473,8	89.132,9	99.916,3	114.160,6	115.522,5	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5
Dívida Securitizada	19.028,8	20.935,0	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.498,4	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7
Demais Títulos em Poder do Público	34.489,3	34.508,1	34.274,9	34.033,8	33.356,0	33.479,9	33.166,3	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	355.982,6
LFT	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.372,0
LTN	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.111,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	73.236,6	77.582,6	83.653,7	85.270,7	89.814,2	92.124,4	96.817,7	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	125.499,4
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	(10.255,1)	(10.884,7)	(10.957,1)	(11.972,8)	(12.607,5)	(11.811,6)	(12.739,5)	(11.460,9)	(11.688,6)	(11.315,1)	(11.231,5)	(9.975,3)	(14.348,5)
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.655,5	22.633,6	22.562,0	22.534,1	22.483,4	22.426,1	22.382,5	22.343,0	22.341,6	22.349,5	22.364,2	22.330,6	22.368,1
II. DÍVIDA EXTERNA	140.529,6	140.344,0	135.623,9	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	110.310,2	110.002,0	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7
Euro	15.334,0	13.911,0	13.690,9	13.832,6	13.027,0	13.069,4	12.973,9	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9
Global US\$	86.324,1	85.835,0	82.070,1	82.370,0	74.953,3	75.291,6	68.757,7	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2
Global BRL	6.457,8	8.032,0	8.871,2	8.957,1	9.854,5	10.726,3	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9
Demais Títulos Externos	2.194,2	2.224,0	2.124,5	1.028,5	976,1	989,3	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	30.219,4	30.342,0	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2
Organismos Multilaterais	24.418,4	24.538,0	23.578,2	23.427,5	22.003,5	21.893,3	21.497,5	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.801,0	5.804,0	5.289,0	4.857,0	4.565,4	4.469,0	4.392,9	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.540.715,5	1.583.081,4	1.596.886,9	1.596.267,8	1.622.250,9	1.648.698,8	1.609.634,7	1.639.045,2	1.644.989,3	1.671.540,4	1.696.432,3	1.706.742,6	1.675.343,8
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹²	64,0%	65,4%	65,5%	65,0%	65,5%	66,1%	63,7%	63,9%	63,4%	63,7%	63,8%	63,5%	61,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

 (*) Nova metodologia divulgada a partir de janeiro/2008. Série histórica pela metodologia anterior está disponível nos links "tabelas" do endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp>.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

\2 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2007	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2008
I. HAVERES INTERNOS	888.898,3	920.906,7	928.832,7	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.631,1	965.828,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	210.205,4	241.283,2	248.687,7	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.967,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	398.397,6	399.237,8	399.321,7	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8
Bônus Renegociados	9.994,0	9.964,2	9.533,3	9.162,1	8.674,9	8.650,9	8.341,8	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.331,0	3.310,6	3.293,1	3.272,6	3.251,8	3.230,2	3.210,2	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.815,8	9.826,0	9.829,7	9.832,3	9.826,9	9.823,3	9.829,4	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	3.048,1	3.016,7	2.903,6	2.872,0	2.725,4	2.388,7	2.304,5	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	46.527,4	46.418,0	46.155,2	46.040,1	45.895,8	45.740,0	45.591,8	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	266.686,0	268.057,7	268.875,4	268.896,7	269.632,1	270.548,2	271.119,4	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	40.956,2	41.249,3	41.422,7	41.587,9	41.722,1	42.010,8	42.092,3	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4
Antecipação de Royalties	15.106,8	14.469,1	14.398,4	14.327,4	13.753,4	13.665,5	13.593,4	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.932,4	2.926,1	2.910,1	2.882,3	2.868,1	2.849,7	2.338,5	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177.833,9	178.728,3	179.734,5	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	192.772,6
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	122.178,2	122.475,0	123.190,7	122.510,0	122.635,9	123.358,6	123.795,2	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.302,3
Fundos Constitucionais Regionais	33.753,5	34.270,5	34.739,5	35.141,8	35.489,8	35.838,5	36.293,3	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.092,9
Fundos Diversos	21.902,2	21.982,8	21.804,4	21.784,8	22.225,7	22.619,9	22.997,2	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	102.461,3	101.657,4	101.088,9	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.556,9	107.917,3
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.849,8	5.227,9	5.236,3	5.522,2	5.490,2	5.492,3	5.494,5	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6
Haveres de Operações Estruturadas	43.975,9	43.872,3	43.337,3	42.360,1	41.884,0	41.976,8	40.965,0	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9
Haveres Originários de Privatizações	6.827,4	6.827,8	6.831,3	6.833,1	6.835,9	6.837,1	6.834,8	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1
Haveres de Legislação Específica	18.162,9	18.236,0	18.280,0	18.314,2	18.339,6	23.561,0	23.623,0	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8
Demais Haveres Administrados pela STN	27.645,3	27.493,4	27.403,9	27.366,4	26.859,7	27.019,1	27.130,1	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.987,1	26.847,9
II. HAVERES EXTERNOS	279,3	287,8	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	279,3	287,8	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	889.177,5	921.194,5	929.112,2	929.826,3	954.389,9	975.927,6	937.934,1	956.664,1	968.616,7	968.388,0	990.798,4	987.911,0	966.107,4
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	36,9%	38,0%	38,1%	37,8%	38,6%	39,1%	37,1%	37,3%	37,3%	36,9%	37,3%	36,7%	35,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

 (*) Nova metodologia divulgada a partir de janeiro/2008. Série histórica pela metodologia anterior está disponível nos links "tabelas" do endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp>.

1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ JANEIRO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	-	-	-	-	358,7	358,7	-	-	-	-	678,9	678,9
Senado Federal	-	-	-	-	851,6	851,6	-	-	-	-	352,0	352,0
Tribunal de Contas da União	-	-	-	-	218,6	218,6	300,0	-	-	-	5.960,7	5.960,7
Supremo Tribunal Federal	-	-	-	-	245,6	245,6	-	-	-	-	5.900,7	5.900,7
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-	561,0	561,0	-	-	-	-	504,9	504,9
Justiça Federal ⁵	68.961,3	121.497,5	-	-	10.152,0	10.152,0	85.607,7	267.677,3	171.741,9	171.741,9	10.678,6	182.420,6
Justiça Militar	-	-	-	-	237,4	237,4	-	-	-	-	288,9	288,9
Justiça Eleitoral	5.673,6	-	-	-	5.108,3	5.108,3	134.277,1	-	-	-	12.669,9	12.669,9
Justiça do Trabalho	260,0	-	-	-	12.028,7	12.028,7	-	2.696,0	-	-	10.295,0	10.295,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	-	-	-	-	1.079,7	1.079,7	-	-	-	-	4.525,9	4.525,9
Presidência da República ⁴	2.002,6	-	-	-	7.067,4	7.067,4	10.711,0	-	-	-	14.382,8	14.382,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.530,4	-	-	-	40.479,0	40.479,0	-	-	-	-	1.983,1	1.983,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	-	-	-	-	7.549,1	7.549,1	8.106,8	-	-	-	12.606,2	12.606,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	12.667,4	12.667,4	54.033,1	-	-	-	23.624,9	23.624,9
Ministério da Fazenda ⁵	26.649,2	-	-	-	32.390,0	32.390,0	121.722,6	4.985,7	-	-	6.737,6	6.737,6
Ministério da Educação	94.266,7	-	-	-	61.778,9	61.778,9	262.613,8	-	-	-	198.186,3	198.186,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	-	-	-	-	27.830,6	27.830,6	-	-	-	-	11.512,8	11.512,8
Ministério da Justiça	110.650,3	-	-	-	26.063,5	26.063,5	238.311,2	-	-	-	11.799,2	11.799,2
Ministério de Minas e Energia	-	-	-	-	6.369,7	6.369,7	750,0	-	-	-	1.351,2	1.351,2
Ministério da Previdência Social	-	-	-	-	5.516,3	5.516,3	51.209,6	-	-	-	3.839,3	3.839,3
Ministério Público da União	9.602,5	-	-	-	14.012,7	14.012,7	7.230,0	-	-	-	16.680,7	16.680,7
Ministério das Relações Exteriores	-	-	-	-	590,5	590,5	-	-	-	-	4,9	4,9
Ministério da Saúde	26.688,8	-	-	-	126.017,2	126.017,2	19.100,0	-	-	-	80.340,1	80.340,1
Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	-	-	25.698,0	25.698,0	-	-	-	-	691,4	691,4
Ministério dos Transportes	206.231,0	93.331,2	-	-	247.265,3	247.265,3	370.152,8	-	-	-	196.776,4	196.776,4
Ministério das Comunicações	90.000,0	-	-	-	83.088,1	83.088,1	-	-	-	-	3.241,6	3.241,6
Ministério da Cultura	-	-	-	-	1.165,0	1.165,0	52.200,0	-	-	-	3.339,4	3.339,4
Ministério do Meio Ambiente	9.598,8	-	-	-	3.226,8	3.226,8	19.710,7	-	-	-	2.741,1	2.741,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	114.833,0	-	-	-	40.289,3	40.289,3	206.258,2	0,1	-	-	96.926,4	96.926,4
Ministério do Esporte	57.500,0	2.712,5	2.488,6	2.488,6	10.935,2	13.423,8	3.137,0	-	-	-	24.330,9	24.330,9
Ministério da Defesa	49.627,5	-	-	-	58.342,2	58.342,2	1.048,1	-	-	-	147.421,0	147.421,0
Ministério da Integração Nacional	123.971,3	56.710,0	-	-	87.010,3	87.010,3	264.850,9	2.510,0	-	-	56.433,6	56.433,6
Ministério do Turismo	-	-	-	-	29.107,1	29.107,1	10.697,9	9.379,5	-	-	238,0	238,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	80,0	-	-	-	26.786,2	26.786,2	-	-	-	-	2.000,8	2.000,8
Ministério das Cidades	60.293,7	58.500,0	-	-	67.922,5	67.922,5	63.631,1	-	-	-	121.467,6	121.467,6
TOTAL	1.060.420,8	332.751,2	2.488,6	2.488,6	1.080.009,6	1.082.498,2	1.988.355,7	284.552,5	171.741,9	171.741,9	1.090.512,8	1.262.254,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



F P E / F P M / I P I Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Janeiro / 2008

Comentários

Em janeiro de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 11,9 % para o FPE e 20,7% para o FPM, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.712.167 (mil), em janeiro de 2008, contra R\$ 8.051.640 (mil), no mês anterior, já descontadas as parcelas do FUNDEB, 16,66% em dezembro de 2007 (menos sobre o valor da Emenda constitucional 55/2007) e 18,33% em 2008.

A razão para o decréscimo maior do FPM de janeiro, quando comparado ao decréscimo do FPE, deve-se ao pagamento, em dezembro, do 1% adicional previsto pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, não incidindo sobre essa parcela o desconto para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	Dezembro/ 2006	Janeiro/ 2007	Dezembro/ 2007	Janeiro/ 2008	Variação Nominal	
					Jan / 2008	Jan / 2008
					Dez / 2007	Jan / 2007
FPM	3.013.992,4	2.681.550,9	4.330.537,5	3.432.358,3	-20,7%	28,0%
FPE	2.878.852,6	2.561.411,5	3.721.102,6	3.279.808,9	-11,9%	28,0%
IPI-Exp	273.187,4	197.757,7	285.015,3	215.329,2	-24,4%	8,9%

Observações:

1. já deduzido o FUNDEB (16,66% em 2007 e 18,33% em 2008) e o FUNDEF (2006);
2. no valor informado referente ao FPM de dezembro/2007 está incorporado o 1% previsto na Emenda Constitucional 55/2007.

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JANEIRO	-14,7%	-11,9%	-22,7%	-20,7%	-21,1%	-24,4%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-4,0%	-20,0%	+23,0%
IPI - EXP	+7,0%	-10,0%	+13,0%

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2007 a 20/12/2007, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
	DEZ/3º DEC	526.280	8.972.272	9.498.552	JAN/1º DEC	1.667.856	1.745.430	42.981
JAN/1º DEC	603.917	5.964.986	6.568.903	JAN/2º DEC	1.153.437	1.207.085	49.322	2.409.844
JAN/2º DEC	1.506.379	1.104.903	2.611.282	JAN/3º DEC	458.516	479.843	123.026	1.061.385
TOTAL	2.636.577	16.042.161	18.678.738	TOTAL	3.279.809	3.432.358	215.329	6.927.496

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	18.042,4	112.202,3	26,7
ALAGOAS	AL	81.666,5	136.443,3	757,8
AMAZONAS	AM	50.584,4	91.519,8	3.004,0
AMAPÁ	AP	13.232,9	111.907,1	143,0
BAHIA	BA	311.754,1	308.177,4	15.003,9
CEARÁ	CE	179.393,6	240.636,3	1.880,5
DISTRITO FEDERAL	DF	5.690,5	22.637,2	169,2
ESPÍRITO SANTO	ES	59.232,4	49.197,1	9.615,3
GOIÁS	GO	124.663,1	93.248,2	2.843,8
MARANHÃO	MA	143.375,5	236.743,2	2.531,6
MINAS GERAIS	MG	450.854,1	146.099,1	25.704,9
MATO GROSSO DO SUL	MS	52.261,7	43.687,1	1.286,1
MATO GROSSO	MT	62.722,6	75.694,7	2.656,6
PARÁ	PA	123.878,4	200.461,9	10.865,5
PARAÍBA	PB	110.906,0	157.066,8	506,7
PERNAMBUCO	PE	171.716,0	226.313,4	1.426,3
PIAUÍ	PI	85.444,2	141.733,7	60,0
PARANÁ	PR	233.212,1	94.563,4	21.003,7
RIO DE JANEIRO	RJ	101.683,8	50.105,6	30.926,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	86.641,5	137.027,1	447,9
RONDÔNIA	RO	30.101,6	92.346,3	464,1
RORAIMA	RR	15.993,9	81.362,2	10,3
RIO GRANDE DO SUL	RS	233.218,3	77.232,9	25.890,1
SANTA CATARINA	SC	133.473,6	41.975,0	14.737,2
SERGIPE	SE	51.216,2	136.285,9	211,3
SÃO PAULO	SP	453.875,1	32.798,1	43.065,8
TOCANTINS	TO	47.523,6	142.343,7	90,4
TOTAL		3.432.358,3	3.279.808,9	215.329,2

Obs.: Deduzidos 18,33% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa

Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim -Ano II - nº 1 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JANEIRO / 2008

Em janeiro de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.485.762 (mil), contra R\$ 4.548.776 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 21 % em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento os acréscimos da ordem de 20% do ICMS e de 1.836% do IPVA.

Importante lembrar também o aumento dos percentuais de desconto para o FUNDEB em 2008 em relação a 2007.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil					
	Dezembro	Participação	Janeiro	Participação	Varição	
FPM	778.435	17%	770.358	14,0%	-1%	
FPE	743.838	16%	736.120	13,4%	-1%	
IPI-EXP	56.973	1,3%	48.328	0,9%	-15%	
LC 87/96	27.072	0,6%	-	0,0%	-100%	
ITR	951	0,0%	1.669	0,0%	75%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	212.400	4,7%	158.700	2,9%	-25%	
IPVA	27.601	0,6%	534.355	9,7%	1.836%	
ITCMD	6.877	0,2%	10.275	0,2%	49%	
ICMS	2.694.629	59%	3.225.956	58,8%	20%	
TOTAL	4.548.776	100%	5.485.762	100,0%	21%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	18.481.861	10.757.808	29.239.669	5.511.216	3.220.836	8.732.051
AL	15.394.235	39.520.971	54.915.206	5.352.228	13.981.641	19.333.869
AM	15.114.535	18.610.517	33.725.052	36.078.999	44.339.003	80.418.002
AP	20.916.693	7.204.455	28.121.148	4.821.200	1.660.995	6.482.195
BA	51.181.054	127.930.232	179.111.286	41.915.844	107.898.485	149.814.329
CE	24.782.386	90.838.653	115.621.039	18.776.090	73.818.026	92.594.116
DF	6.397.856	-	6.397.856	-	-	-
ES	9.339.541	17.166.128	26.505.669	32.414.483	58.947.762	91.362.245
GO	25.307.001	24.370.421	49.677.422	42.293.121	40.792.375	83.085.495
MA	29.407.322	95.760.937	125.168.258	8.897.353	27.240.539	36.137.892
MG	78.888.040	60.999.038	139.887.078	219.915.905	170.096.406	390.012.311
MS	10.342.254	11.740.360	22.082.614	31.006.676	35.359.785	66.366.461
MT	16.814.457	15.007.390	31.821.847	31.593.041	28.290.156	59.883.197
PA	33.796.337	79.320.158	113.116.495	4.493.260	11.691.247	16.184.508
PB	24.805.658	37.713.019	62.518.677	12.370.706	19.037.740	31.408.446
PE	37.511.075	60.724.287	98.235.362	37.735.743	61.466.896	99.202.639
PI	17.129.274	40.225.920	57.355.194	6.060.396	14.729.663	20.790.059
PR	42.768.408	35.691.672	78.460.080	99.014.818	82.977.894	181.992.712
RJ	14.345.962	26.679.422	41.025.384	106.823.988	205.118.580	311.942.569
RN	20.490.545	29.814.347	50.304.892	13.909.312	20.360.460	34.269.772
RO	14.869.168	12.726.443	27.595.611	19.570.802	16.870.037	36.440.839
RR	16.863.133	4.992.435	21.855.568	2.682.073	780.080	3.462.153
RS	40.848.830	34.854.762	75.703.592	174.872.414	147.095.513	321.967.927
SC	22.630.603	20.080.745	42.711.348	66.277.584	58.573.484	124.851.068
SE	16.493.261	25.641.747	42.135.008	9.979.689	15.296.836	25.276.525
SP	69.507.895	49.720.813	119.228.707	859.717.309	614.496.443	1.474.213.753
TO	24.159.888	18.494.707	42.654.595	2.489.123	1.872.936	4.362.059
TOTAL	718.587.269	996.587.389	1.715.174.658	1.894.573.373	1.876.013.818	3.770.587.191

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br